

Nèg Blanc sa a (Aquela negra branca) – Desafiando as Categorias de Cor, Nacionalidade e Pertença a partir de um Olhar Afro-Brasileiro sobre o Haiti

Recebido 02.07.2016
Aprovado 12.09.2016

Renata de Melo Rosa¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a centralidade da categoria de pessoa no Haiti contemporâneo, a qual se funda a partir dos sentidos contextuais atribuídos à noção de *nèg*, (*que em tradução livre para o português pode ser entendida como “negro/a”*) que antecede e funda, ao mesmo tempo, a categoria de pessoa. No entanto, mesmo que a categoria de pessoa no Haiti se ancore em uma nomenclatura “racial”, *nèg* não é uma categoria necessariamente atrelada à cor da pele, mas à qualidade da pertença de cada sujeito à nação haitiana. Identificar-se e ser identificado como um “nèg” atualiza, no processo identitário e no diálogo inter-subjetivo, diacríticos importantes, cujos sentidos são dados coletiva e contextualmente na rede de significados tecidas no contexto haitiano. Assim, pela natureza contextual e por sua constante dinâmica, é possível que uma “pessoa” que, aos olhos ocidentais, possa se assemelhar com o que nós entendemos como um/a “negro/a” no Brasil, no Haiti esta mesma “pessoa” pode não estar imediatamente identificada como um *nèg* ou como uma pessoa que “pertença” ao Haiti. Em outras palavras, é preciso que cada *nèg* (para continuar sendo *nèg* e, portanto, “pessoa”) atualize, de acordo com os contornos da cultura haitiana que inscrevem um *nèg*, as diversas obrigações rituais de pertença a esta categoria. Vista desta perspectiva, a categoria *nèg* pode ser ritualizada por um (a) haitiano (a) branco (a), desde que os rituais de pertença à nação também sejam atualizados, tornando o sujeito em um (a) *Nèg Blanc (negro branco)*, expressão que dá título a este artigo. Por último, esta reflexão propõe que a categoria *nèg* como sinônimo da categoria de pessoa é uma contra narrativa às tentativas de inferiorização racial vigentes no período colonial francês.

Palavras chave: *nèg*; noção de pessoa; Haiti; nação, categorias de cor.

Nèg Blanc sa a (Aquella negra blanca) desafiando las categorías de color, nacionalidad y sentirse parte desde una mirada afro-brasileña sobre Haiti.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la centralidad de la categoría de persona en Haití contemporánea, que se basa a partir de los significados contextuales atribuidos a la noción de *nèg* (que en traducción libre al portugués puede ser entendido como "negro / a") que precede y establece al mismo tiempo, una categoría. Sin embargo, incluso si la categoría de persona en Haití ancla en una nomenclatura "racial", *nèg* no está necesariamente ligada a la categoría de color de la piel, pero la calidad del pertenimiento de cada sujeto a la nación haitiana. Identificar a sí y ser identificado como un "nèg" actualiza, en el proceso de identificación y en el

¹ Possui doutorado em Antropologia da América Latina e Caribe pelo CEPPAC- Universidade de Brasília (2003) e pós-doutorado pelo Institute National de Administration, Gestion et Hautes Etudes Internationales da Universidade do Estado do Haiti (2007). Coordenadora do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília, Editora da Revista Universitas - Relações Internacionais. Email: renata.rosa@uniceub.br.

diálogo inter-subjetivo, diacríticos importantes, cuyos sentidos se dan colectiva y contextualmente en la red de significados tejidos en el contexto de Haití. Por lo tanto, el contexto y por su naturaleza dinámica constante, es posible que una "persona" que, a los ojos de Occidente, puede ser similar a lo que entendemos por un "negro" en Brasil, en Haití la misma "persona" no puede ser identificado inmediatamente como un nèg o como una persona que pertenece "a Haití. En otras palabras, es necesario que cada nèg actualize las diversas obligaciones rituales de pertenecer a esta categoría. Visto desde esta perspectiva la categoría Neg puede ser ritualizada por un haitiano blanco, transformando el sujeto en un neg Blanc (negro blanco), una expresión que da título a este artículo. Por último, esta reflexión sugiere que la categoría Neg como sinónimo de la categoría de persona es una narración en contra de los intentos de inferioridad racial en vigor en el período colonial francés.

Palavras clave: nèg; persona, Haiti; nación, categorías de color.

Nèg Blanc sa a (Aquele negra branca) – Challenging the categories colour, nationality and belonging from an afro-Brazilian perspective on Haiti.

Abstract

This article aims to analyze the centrality of the category of person in contemporary Haiti, which derives from contextual meanings attributed to the notion of nèg (which can be translated as "negro/a" into Portuguese) that precedes and at the same time establishes the category of person. However, even if the person category in Haiti is anchored in a "racial" nomenclature, nèg is not necessarily linked to the color of skin, but to the quality of membership to the Haitian nation. Identifying and being identified as a "neg" updates important diacritics in the identity process and inter-subjective dialogue, whose senses are transmitted collectively and contextually in the network of meanings interwoven in the Haitian context. Thus, due to the context and its constant dynamic nature, it is possible that a "person" that, to Western eyes, may be similar to what we understand as "black" in Brazil, in Haiti the same "person" cannot be immediately identified as a nèg or as a person who "belongs" to Haiti. In other words, it is necessary that each nèg (to remain nèg and therefore a "person") updates, according to the contours of the Haitian culture that inscribe a nèg, the various ritual obligations of belonging to this category. Seen from this perspective the nèg category can be ritualized by a white Haitian, given that the rituals of belonging to the nation are also updated, making the subject in a Nèg Blanc, expression that gives title to this paper. Finally, this reflection suggests that the nèg category as synonym with the person category is a narrative against the attempts of racial inferiorization during the French colonial period.

Keywords: nèg; notion of person; Haiti; nation; color categories.

Introdução

A nação haitiana possui como mito de origem a luta contra a racialização das relações de trabalho (CASIMIR, 2009). Quando a revolução sangrenta explodiu na ilha em 1793, o cerne da motivação da ação política era o questionamento de um universo de valores que se apresentava na *Saint-Domingue* colonial como o "mundo dos brancos", que entendia a "raça" como elemento central de divisão do trabalho e dos privilégios sociais: a hierarquia racial do Ocidente (fortemente representada pela França²), especificamente, que organizava o mundo entre raças a partir de uma escala evolutiva e de valor, também sustentava ideológica e valorativamente a movimentação de grandes

² É do pensamento social francês que surgem os maiores pensadores da hierarquia racial, tais como Conde de Gobineau, Leclerc e outros.

fluxos de africanos para o trabalho agrícola no Haiti, fazendo com que o pertencimento étnico anteriormente utilizado como elemento diacrítico em diversas partes do continente africano se desorganizasse e perdesse a sua capacidade de orientar hierarquias sociais, divisão do trabalho, distribuição de privilégios, etc.

O choque cognitivo que a indústria colonial francesa e os intelectuais que a ela serviram produziu nas populações autóctones do continente africano, a partir de uma organização racial na colônia de *Saint Domingue*, parece estar particularmente vinculado à contra-narrativa da noção de pessoa no Haiti (*nèg*) e todas as implicações vinculadas a seu uso coletivo. Em resposta à violência racial imposta pelo colonialismo, o surgimento de diversos personagens considerados “heróis” ou “pais da pátria”, como Toussaint L’Ouverture, Jean Jacques Dessalines, Marron Inconnu³ deu à narrativa haitiana uma retórica de afirmação da negritude em oposição à superioridade branca francesa⁴.

Assim, o poderoso mito de origem da nação haitiana que opõe negros e brancos em uma luta sangrenta de vida ou morte é, no limite, o horizonte ideológico acionado para definir quem deve ou não pertencer à comunidade haitiana. No entanto, o que este artigo quer problematizar é que ser negro ou branco no Haiti não pode ser lido tal como fazemos no Brasil (ou pelo menos como um olhar afro-brasileiro politizado assim o faz). A oposição negro/branco pode ser rapidamente substituída, no diálogo inter-subjetivo por não-ocidental/ocidental; falante de kreyòl/francófono; morador do Haiti/diáspora, etc. Este dado expõe a necessidade do acionamento de inúmeros entre-lugares, tal como BHABHA (2001) acertadamente evocou ao propor que os entre-lugares da cultura são os *loci* da própria cultura.

A partir desta proposta de reflexão, este artigo está dividido em três partes: a primeira é uma pequena revisão da literatura antropológica acerca do lugar da categoria de pessoa para a organização comunitária; a segunda trata das contradições do usos da ideia de “raça” para a organização política do Haiti no período pós-independência e a terceira irá apresentar uma leitura possível da noção de pessoa no Haiti a partir de um relato de minha experiência de campo realizada entre os anos de 2006 e 2007, por meio de um diálogo inter-subjetivo de uma pesquisadora afro-brasileira com intelectuais haitianos. Finalizo a discussão trabalhando as ideias de pertença na comunidade haitiana e aponto para a densidade de signos que instituem uma fronteira simbólica entre o *nèg* (pessoa de

³Ver <http://www.esclavage-memoire.com/lieux-de-memoire/monument-du-marron-inconnu-27.html>. Último acesso em 29/04/2016.

⁴ Ver Jean Price-Mars. *Así Habló el Tío*. Santo Domingo/RD: Ed. Manatí, 2000.

dentro da comunidade haitiana) e o *blanc*, entendido com um ator menos legítimo no processo de discussão dos projetos de construção/reconstrução nacional.

A Noção de Pessoa na Literatura Antropológica

A categoria de pessoa marca a trajetória das reflexões antropológicas, manifesta-se de maneira constante nos relatos etnográficos ao longo da história da Antropologia (GEERTZ, 1989; MAUSS, 2003) e é responsável por carregar o sentido das coisas, ao arrematar o nexos simbólico dos sentidos e dos locais da cultura (MAUSS, 2003; BHABHA, 2001). Trata-se do vestígio mais interessante que marca nosso lugar no mundo de forma coletiva e contextual. Em um lugar como o Haiti, estruturado a partir da tensão entre a manutenção de um mito de origem anti-branco⁵ e a força das relações contextuais e de alta fluidez, alguém que não seja pública e consensualmente reconhecido como “*nèg*”, ou seja, aquele/a que, de acordo com os rituais construídos em diversos diálogos inter-subjetivos não é considerado como pertencente à nação, não encontra seu lugar nos sentidos atribuídos pelos haitianos à categoria de pessoa e passa a ter sua condição de existência, na comunidade haitiana, questionada. Interpretada sob esta perspectiva, a noção de pessoa no Haiti, intrinsecamente concebida e sustentada por meio da categoria “*nèg*”, a qual iremos tentar explicar em seguida, pode oferecer aos sujeitos ilimitadas possibilidades de subversão das identidades que, no universo de valores ocidentais seriam supostamente “fixas”, como as identidades de cor, “raça” e nacional. Para entender a força e o lugar do “*nèg*” na construção da noção de pessoa no Haiti, apresentarei alguns diálogos inter-subjetivos por mim vivenciados entre os anos de 2006 e 2007 na cidade de Port-au-Prince por ocasião de minha pesquisa de pós-doutorado⁶. A intenção é refletir acerca de algumas dinâmicas culturais haitianas acerca dos movimentos de inclusão e exclusão que a categoria “*nèg*” provoca na “comunidade haitiana imaginada” (ANDERSON, 1991).

Foi Marcel Mauss (MAUSS, 2003), em sua etnografia eternizada sobre os Zuñi, no México, que discutiu, de forma pioneira e com bastante acuidade a noção de pessoa. É a

⁵ Refiro-me especialmente aos textos constitucionais de 1805, 1807, 1811, 1816, 1843, 1849, 1874, 1879, 1889 e 1902.

⁶ A pesquisa de campo, realizada entre os anos de 2006 e 2007, tinha como objetivo analisar a performance das tropas brasileiras, sob o comando da MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, na capital haitiana. No entanto, o contato com o antropólogo Jean Casimir conduziu minhas reflexões para a percepção da construção do negro haitiano, motivo que me inspirou a escrever este artigo. Ver CASIMIR (2000, 2004, 2008 e 2009)

centralidade desta idéia de pessoa “flutuante, delicada, preciosa e passível de maior elaboração” (MAUSS, 2003, p. 369) que será discutida neste artigo a partir da noção de “*nèg*” no Haiti. Em outra reflexão sobre a noção de pessoa em Bali, Geertz indica que o estudo da noção de pessoa

“aponta particularmente para algumas conexões não-óbvias entre a maneira como um povo percebe a si mesmo e aos outros, o modo pelo qual eles sentem o tempo e o tom afetivo de sua vida coletiva – conexões que têm sentido para se compreender não apenas a sociedade balinesa, mas também a sociedade humana em geral” (GEERTZ, 1989, p. 226).

No caso haitiano, a noção de pessoa (entendida aqui como *nèg*), de modo diverso às possibilidades de generalização de compreensão da “sociedade humana em geral”, indicadas por Geertz na citação acima, aponta particularmente para a diversidade das trajetórias históricas e culturais de grupos étnicos heterogêneos de africanos escravizados nas Américas ao longo dos séculos XVI a XIX. Concordando com Appiah (1997) e com Maurício (1997) que a raça é uma construção ocidental, alheia às categorias elementares do pensamento dos povos africanos dos séculos XVI a XIX, e partindo do princípio de que o continente americano foi culturalmente gestado a partir da ideia de hierarquia racial, por meio da qual, a racialização das relações de trabalho irradiou os pilares da construção das categorias de demarcação da noção de pessoa e dos direitos a ela vinculados, a noção de pessoa no Haiti está marcada pelas contradições estruturantes do colonialismo, a saber: escravo/liberto; negro/branco; francês/africano, etc.

Ao analisarmos o Haiti e o devir de sua construção histórico-social, encontramos nas reflexões de Casimir (2006; 2009) que o/a haitiano/a se distingue das demais fabricações coloniais do/a negro/a no Novo Mundo, tendo em vista que a *Saint Domingue* colonial (atual Haiti) não contou com os aparelhos ideológicos capazes de amarrar, de forma suficientemente sólida, a “teia de significados” (GEERTZ, 1989) que informa a inferioridade racial na ordenação do sentido das coisas dos/as trabalhadores/as escravizados/as chegados à ilha. Assim, por discordarem do sentido ocidental/francês dado à hierarquia das raças, os/as trabalhadores/as africanos/as escravizados/as no Haiti puderam levar a cabo a rebelião ocorrida no século XVIII com sucesso, a partir da interpretação profunda de um provérbio kreyòl que diz que “*tout moun se moun*” (toda pessoa é uma pessoa) e, como tal, não apresenta *per se*, uma valoração hierárquica apriorística em função de qualquer pertencimento racial.

A estratégia política de transvaloração do sentido hierárquico atribuído às “raças”, por parte dos líderes da rebelião de 1793, dentre os quais destaco Marroon Iconu⁷ e Jean Jacques Dessalines, foi a de que negros e brancos deveriam se enfrentar em *Saint-Domingue*, por meio de uma explosão de violência anti-colonial, nos termos propostos por Frantz Fanon (FANON, 2005), mas com um forte embasamento religioso de empoderamento desta transvaloração, em especial por Marron Inconnu.

Após a rebelião colonial que sacodiu a ilha por catorze anos e com a consequente vitória dos líderes negros, a sucessão do poder colonial deu origem a uma disputa política local igualmente sangrenta, que foi iniciada com a prisão de Toussaint L’Ouveture, na França, em 1803, com a ascensão de Jean Jacques Dessalines ao poder em 1804 e com a constitucionalização dos princípios raciais de pertencimento e inclusão na nação haitiana.

Não menos importante para a análise da construção histórica da categoria *nèg* no Haiti foi o assassinato do próprio Dessalines na Pont-Rouge, local que dá acesso a uma das entradas de Port-au-Prince, em 1806. Dessalines foi responsável por criar o que Harry Hoetink (1994) classificou de “Império Negro” nas Américas, comprando a liberdade de escravos da Sociedade Abolicionista de Maryland, nos Estados Unidos, e levando-os ao Haiti; libertando os escravos na parte espanhola da ilha, atual República Dominicana e manifestando as fronteiras raciais pelas quais a “comunidade haitiana imaginada” deveria ser construída.

Assim, a Constituição Haitiana de 20 de maio de 1805, sob a assinatura de Dessalines é imperiosa ao afirmar a abolição da escravidão, a igualdade entre os haitianos e a maneira pela qual os homens deveriam ser verdadeiros cidadãos haitianos: bons pais, bons maridos e principalmente bons guerreiros (Art. 1, Inciso 9). Indica também que: “Nenhum homem branco, de qualquer nação, deve colocar o pé neste território com o título de proprietário nem deve adquirir qualquer propriedade aqui” (Art. 1, Inciso 12). Este Inciso vigorou intacto nas Constituições de 1805, 1807, 1811, 1816, 1843, 1849, 1874, 1879, 1889 e 1902, sendo extinto apenas após a ocupação americana de 1915 e suprimida oficialmente na Constituição de 1919. Mais do que uma determinação jurídica que manifesta os pilares do nacionalismo anti-branco, importa-nos particularmente compreender as razões culturais da normatização dos tipos de cidadãos que poderiam ter direitos fundamentais no Haiti, como o acesso à terra e à

⁷ Ver nota 4.

nacionalidade, bem como as possibilidades disponíveis dentro da própria cultura haitiana de desconstrução destas fronteiras simbólicas dentro das dinâmicas intersubjetivas e contextuais que se travam cotidianamente entre haitianos/estrangeiros e *nègs/blancs*. Nossa hipótese interpretativa repousa no dado de que a normatização de Dessalines presente nos dispositivos constitucionais pós-coloniais até 1919 e que informou os critérios de pertença da nação, por meio de diacríticos puramente raciais são desafiados, atualizados e ritualizados nas relações cotidianas e no “jogo sério” (GEERTZ, 1998) que a categoria *nèg* se manifesta nas relações identitárias haitianas, oferecendo uma leitura identitária altamente volátil de pertença à nação que os textos constitucionais não conseguiram atingir.

Um Império Negro em Pedacos: a “raça” como critério frágil de sustentação da nação haitiana

A tensão entre a adoção oficial de critérios raciais para a definição da “comunidade haitiana imaginada” encontrou sérios obstáculos políticos na gestão do poder haitiano nos anos que sucederam à independência, ao fim da escravidão e ao assassinato de Dessalines. A divisão pós-colonial entre dois reinos (em 1806): o do norte, liderado por Henry Christophe e o do sul, liderado por Alexandre Petión (entendido por Dessalines como “blanc”), trouxe importantes desafios à fragilidade da categoria de raça como unidade política de uma nação recém-liberta. A tensão começara com Dessalines, em sua militância política e estratégia de guerra em degolar a cabeça de colonos brancos. Tal atitude seria reproduzida posteriormente no cenário pós-colonial contra os antigos libertos instalados no sul do Haiti, entendidos como “blanc” e portanto, não pertencentes à nação.

A tentativa de construção da recém criada nação haitiana por meio da oposição entre *nègs* e *blancs* já previa a que a categoria de pessoa foi construída por meio do transbordamento dos critérios meramente fenotípicos. Frente ao desafio político de unir os antigos libertos à massa de recém-libertos, Dessalines preferiu perseguir os antigos libertos do sul do Haiti, liderados por Alexandre Petión. Foi durante uma viagem ao sul do país, em 1805, realizada com o objetivo de fazer respeitar os dispositivos imperiais, em sua política de reformas sociais e distribuição igualitária da riqueza nacional das terras agrícolas abandonadas pelos colonos e capturadas pelos antigos libertos, que Dessalines realizou um massacre contra este grupo. Seu testemunho pessoal relata que,

pelo fato de este grupo não ser percebido como pessoa (*nég*), teriam a sua própria condição de humanidade questionada: “Depois do que eu fiz no sul, se os cidadãos não se rebelarem contra mim é porque eles não são homens” (DESSALINES *apud* MADIOU, 1992, p. 297).

Alguns meses depois, a resposta foi dada, com o drama da *Pont Rouge*. Nesta ponte, que liga Port-au-Prince às demais províncias haitianas, Dessalines, quando saía da capital rumo à cidade de Marchand para combater outros insurretos no sul, sofreu um ataque e foi assassinado. Este episódio marcou a divisão do país, dando início a uma crise de ingovernabilidade crônica, presente no país até os dias de hoje, alternada por curtos períodos de estabilização civil.

A tentativa colonial de transformar os trabalhadores escravizados em “negros ocidentalizados” foi amplamente tematizada pela literatura disponível sobre o Haiti, como C.L.R. James (2001), Aimé Césaire (1968) MADIOU (1992), HURBON (1987; 1988), PRICE-MARS (2000), etc, cuja categoria de pessoa, ao se transformar em *nèg*, transborda os limites da identificação racial ocidental.

Nesse sentido, *Tout moun se moun* (Toda pessoa é uma pessoa) é um provérbio que representa uma das invariantes da cultura haitiana. Não é uma frase qualquer, mas um princípio valorativo fundamental de uma cosmovisão radicalmente igualitária da vida social. Se esta ideia estiver correta, a construção de um Império Nèg no Haiti por parte de Dessalines encontraria a trilha dos sentidos atribuídos à “comunidade haitiana imaginada”. Se a igualdade entre pessoas (“moun”) instruiu as bases ideológicas revolucionárias para que os africanos escravizados derrotassem a indústria colonial francesa no oeste do Caribe e se estes atores interrogaram a inferioridade racial própria das conformações culturais hierárquicas do resto da América, tornando, portanto, a igualdade como um pilar estruturante da nação haitiana, as prerrogativas raciais (mesmo que presentes em textos constitucionais) jamais ganhariam força simbólica para impedir que brancos se tornassem cidadãos haitianos plenamente incluídos no “companheirismo profundo e horizontal” citado por Anderson (1991, p.16) como elemento essencial das comunidades imaginadas.

A Noção de Pessoa no Haiti

Em Bali, Geertz extrai seis categorias distintas de pessoa, a saber: 1) nomes pessoais; 2) nomes na ordem de nascimentos; 3) termos de parentesco; 4) tecônimos; 5) títulos de status/casta e 6) títulos públicos (profissionais) (GEERTZ, 1989, p. 234). De acordo com o autor,

“O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, positivamente caracterizadas e adequadamente rotuladas. Os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas – eles são construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente” (GEERTZ, 1989, p. 228-229).

As “ordens simbólicas da definição pessoa” no Haiti, lidas aqui como *nèg*, de acordo com as observações do antropólogo haitiano Jean Casimir (2001; 2009), também indicam para uma construção histórica peculiar, para a contestação social e para a fabricação cultural da ressignificação da categoria de pessoa. O elemento que diferencia a abordagem de Casimir e a de Geertz é a inclusão da categoria *nèg* na definição de pessoa e o motivo pelo qual a fabricação colonial do negro ocidental produziu uma contra-narrativa que se tornou hegemônica no pensamento social haitiano. Segundo Casimir, o projeto político de fabricar um tipo de negro exportável a todas as sociedades coloniais do Novo Mundo sequer teve início na então colônia de *Saint Domingue*. Teve seu processo abortado por uma rebelião que sacudiu a ilha por 14 anos consecutivos (de 1790 a 1804). Assim, a produção do negro ocidental e de sua conseqüente submissão e aceitação tácita da inferioridade racial enfrentou no Haiti a ausência de aparelhos ideológicos capazes de cumprir a tarefa de transformar a imagem do negro africano selvagem conduzido forçosamente à escravidão no Novo Mundo à do negro dócil, pacificado, submisso, e com a inferioridade racial incorporada às categorias do entendimento. Isso fez com que, de modo curioso, o processo civilizatório haitiano adquirisse movimentos próprios, absolutamente isolados do resto da América, nos quais as idéias de poder relacionados à construção de um Império *Nèg* (HOETINK, 1994) ganharam prioridade na agenda de política externa do Estado haitiano nos 50 primeiros anos de independência.

A partir do nexos entre o conceito de pessoa que, no Haiti se funda a partir de um conceito específico de *nèg* (anti-ocidental e contra narrativo), inventado de modo bastante diverso daquele que lhe é atribuído no ocidente, pessoa é *nèg* e *nèg* é aquele que pertence ao Haiti. Mas o que pode significar exatamente pertencer à “comunidade haitiana imaginada”? O sentimento de pertença à nação haitiana envolve uma amarração

sólida de uma série de detalhes da vida cotidiana e da trajetória de cada indivíduo, como a frequência do uso do kreyòl, a relação com a natureza, a não ocidentalização e o fato de viver no país, apesar de todas as dificuldades. Todo este arcabouço da “teia de significados” (GEERTZ, 1989) haitiana é sempre tensa e cotidianamente desafiada. A partir de interpretações históricas e contextuais, a elasticidade da categoria de pessoa no Haiti permite que uma pessoa branca haitiana possa ser reconhecida como *nèg*. Por outro lado, um negro estrangeiro, com hábitos ocidentalizados, é lido e catalogado apenas como um *Blanc* (fora da nação). Um haitiano negro que viveu muitos anos fora do país e volta com hábitos ocidentalizados, também é lido como um *Blanc*. *Blanc*, no contexto haitiano, representa o que está fora, o que não pertence e figura na categoria de excluído da “comunidade haitiana imaginada”. Trata-se de uma categoria que se manifesta para além da cor da pele ou “filiação racial”. Neste sentido, *blanc* está oposto a *nèg*. Muito além de divisões que se referem à cor da pele, a oposição *nèg/Blanc* indica inclusão ou exclusão da “comunidade haitiana imaginada”. Assim, existem *nèg blancs* e *Blancs nègs*, que significa que um branco pode pertencer à comunidade haitiana e um negro não, dependendo do contexto. Esta decisão coletiva e simbólica depende de variáveis muito complexas, sempre contextuais, que combinam os graus de ocidentalização e a profundidade de imersão no universo simbólico haitiano.

Nèg é então a pedra preciosa das categorias fundantes do sentimento de pertença ao Haiti. Em uma das conversas que tive com Jean Casimir em Porto Príncipe, em sua residência em Delmas 41, em 2007, o colega antropólogo me contou o caso que deu origem ao nome deste artigo. A cena se passou no Aeroporto Toussaint L’Ouverture, em Port-au-Prince em que os passageiros, dentre eles, o próprio Casimir, acabavam de saber que o voo iria se atrasar. Quando indagou a respeito de quem dera esta informação, recebeu a seguinte resposta: *Nèg Blanc sa a* (foi aquela negra branca)

Outro caso interessante de mudança de leitura do tipo de pessoa no Haiti aconteceu comigo. Mesmo negra e sem apresentar diferenças fenotípicas entre os haitianos, quando minha amiga Sabine⁸ foi me visitar em nosso apartamento alugado na Rue Cleveaux, em Petión Ville, o segurança do prédio lhe perguntara, certa vez, se ela iria visitar a moça *Blanc*. Sabine lhe advertiu duramente dizendo que eu não era uma *Blanc*, era sua amiga e que não deveria me tratar assim. A partir deste episódio, o segurança, sempre hostil comigo, passou a responder meus cumprimentos de *bonjour* e *bonswa*. Nota-se, neste caso, que eu era *Blanc* porque era de fora, não pertencia ao Haiti.

⁸ A antropóloga Sabine Manigat foi minha instrutora de Pós-Doutorado na Université D’Etat d’Haiti.

Imagino que a partir da conversa dura com Sabine, o segurança passou a vislumbrar que eu teria alguma possibilidade de ser incluída como *nèg* ou pessoa, daí a mudança no trato e na resposta aos meus cumprimentos.

Nèg Blanc sa a: o diálogo inter-subjetivo de uma pesquisadora afro-brasileira com intelectuais haitianos

A frase “*nèg blanc sa a*” talvez articule de maneira decisiva o universo cognitivo haitiano de pessoa e de pertença. A chave deste baú de símbolos haitianos não está à disposição dos pesquisadores sobre o Haiti, mas revela nossa necessidade de realizar um esforço em entabular um debate sobre o assunto que me parece essencial, à medida que um diálogo acerca das categorias que organizam o sentido da noção de pessoa no Haiti, além de desafiador, pode contribuir para a reflexão antropológica contemporânea.

Retomando minhas conversas com Jean Casimir em Delmas 41, em Port-au-Prince, a frase que inspira este artigo foi usada por Casimir para que eu pudesse entender como a categoria *nèg* era fundante (mas não absoluta) do sistema de símbolos haitianos, já que funda, mas não vincula a raça à categoria de pessoa. Sem entendê-la, me advertiu Casimir, eu seria incapaz de compreender o Haiti. Embora tenha construído toda a minha formação no estudo do negro no Brasil e ter minha identidade de pesquisadora voltada para esta temática, não estava naquele momento (curiosamente) interessada neste assunto, já que minha pesquisa tinha como objetivo central entender as contradições da presença militar do Brasil no Haiti. Minha ida à casa de Casimir tinha um objetivo muito específico: entender sua visão, na qualidade de então Embaixador do Haiti em , sobre os bastidores políticos do golpe de Aristide em 1991 e a trajetória do ex-presidente na ONU. Também gostaria de saber sua opinião sobre a presença militar do Brasil no Haiti.

De maneira surpreendente, Casimir começou a conversa com uma advertência séria à minha postura. Informou, de maneira peremptória, que o que eu precisava entender seria a história do negro haitiano. Sem isso, eu nunca entenderia o Haiti. Fiquei frustrada com a resposta, mas ouvi atenta à brilhante explanação do professor. Casos e mais casos sobre o cotidiano das relações interpessoais no Haiti serviram de ilustrações para que eu pudesse desenhar o cenário das relações haitianas e testar a aplicação da categoria *nèg* em muitas das situações cotidianas vividas por mim em Port-au-Prince.

Casimir tinha plena consciência do modo pelo qual ele era percebido pela comunidade de Delmas 41 como um *Blanc*, mesmo sendo “inquestionavelmente” negro do ponto de vista ocidental. Acostumada a atribuir cor às identidades étnico-raciais, achei esta observação como a mais contraditória e incompreensível de minha trajetória de pesquisa. Como um haitiano negro poderia ser percebido como *Blanc*? Sem querer expor minha ignorância na frente de tão culto professor, guardei minha dúvida para revelá-la em tom de desabafo à minha amiga Sabine Manigat, que me acompanhou à casa de Casimir, mas não participou da conversa. Sabine, com muita naturalidade, me informou que eu também era vista como *Blanc* pelos vizinhos de minha residência em Pétion Ville. Eu, que me imaginava não estar construindo qualquer alteridade com a população haitiana, pasmei em total desencanto.

Assim, no auge das minhas limitações acerca do estudo das relações raciais no mundo ocidental, não conseguia entender ainda como pessoas negras podiam ser enquadradas na categoria *Blanc*. Rememorei as explicações magníficas de Casimir, passei a refletir sobre a minha categoria de pessoa no Haiti e comecei a ver a força do sentido da palavra *Blanc* para os haitianos. *Blanc* seria o estrangeiro (meu caso), mas *Blanc* também seria um haitiano culto, ocidentalizado, que viveu muitos anos fora do Haiti (caso de Casimir). Apesar de matizar as distinções entre os graus de estrangeiridade, *Blanc* é o que está fora, o que não pertence, é o oposto de *nèg*, a categoria que integra o haitiano à sua comunidade, independentemente da cor de sua pele. Para mim, naquele momento, não haveria chance de mudar minha performance de *Blanc* para *nèg*. Mas conheci alguns brancos estrangeiros e brancos haitianos que eram incluídos na categoria *nèg*. É o caso da moça da frase que ilustra o título do texto. É o caso também de estrangeiros brancos que incorporam a lógica anti-ocidental dos haitianos. Este universo é dos mais interessantes porque subverte as lógicas de pertencimento às comunidades imaginadas fundadas na cor da pele ou na ascendência racial. No Haiti, este pertencimento está vinculado a um estilo de vida que se manifesta exclusivamente em *kreyòl*, com bases econômicas anti-industriais e bases alimentares muito naturais.

Meu filho, que me acompanhou na pesquisa de campo, à época com apenas 5 anos, também era alvo de chacotas nas ruas por parte das crianças haitianas que, às gargalhadas, observavam seus hábitos alimentares e maneiras de se comportar, bastante incomuns para as crianças do Haiti. Em um mundo anti-industrial e anti-ocidental, meu assistente de pesquisa haitiano Vogly Pongnon, da Université D'État d'Haïti, burlava todos os códigos de conduta haitiana para que não “estranhássemos” a cultura local.

Uma destas “gentilezas” consistiu em procurar um local em que refrigerantes fossem vendidos. Meu pequeno filho adorou e saiu à Champs de Mars⁹ empinando uma garrafa de refrigerante várias vezes à boca. Cerca de 8 crianças o seguiram até onde puderam para observar talvez o hábito mais estranho que uma criança poderia ter. Estranhei aquela divertida perseguição e perguntei a Vogly se aquelas crianças gostariam que eu pagasse um refrigerante para elas. Vogly negou enfaticamente e disse que elas não beberiam tal líquido, estavam apenas se divertindo. Meu filho, depois de tamanha demonstração de anti-haitianidade certamente estava sendo interpretado como uma miniatura divertida de um *Blanc*. Para um estrangeiro no Haiti, ser *blanc* ou *nèg* é uma identidade que se manifestará de maneira diferente em cada contexto. Se meu filho foi visto na Champs de Mars como um *blanc*, na Place de Saint Pierre, famoso ponto de venda de pinturas haitianas em Petión Ville, ele teve a oportunidade de reverter esta identidade. Enquanto me distraía vendo as belíssimas pinturas naïf, meu filho interagiu com invejável desenvoltura com outras crianças haitianas, que estavam na praça para pedir alguns trocados. Preocupada com o rumo das brincadeiras, que quase sempre levavam a correrias no meio da rua, era sistematicamente advertida pelos pintores que eu não precisava me preocupar. Ao final da minha conversa com os pintores, chamei-o para irmos para casa e para minha total surpresa, ele viera carregado de moedas de gourdes. Achei um total absurdo o fato de meu filho pegar o dinheiro daquelas crianças e o fiz voltar e devolver o que tinha pego. Quando interroguei as crianças haitianas sobre o que ele havia feito, fui alvo de muitas gargalhadas (minha atitude deveria ser totalmente incompreensível) e as crianças me informaram que elas haviam dado aquelas moedas voluntariamente. Meu filho, absolutamente satisfeito com a atitude dos colegas e vencedor daquela batalha moral, disse em tom natural que aqueles seriam seus melhores amigos. Relacionar-se com haitianos de forma igualitária abriu para mim um mundo de indagações acerca da sociabilidade haitiana que confundiram ainda mais meu entendimento sobre o país, afinal, meu filho tinha muito mais êxito nas suas relações interpessoais do que eu, que me esforçava em falar kreyòl, cumprimentava todos que via e sempre andava acompanhada de amigos haitianos. Possivelmente, naquele momento, meu filho foi interpretado como um *nèg* ou pelo menos como alguém com potencial de sê-lo em pouco tempo.

Tempo, Contexto e Pertença na Comunidade Haitiana.

⁹ A Champs de Mars é a principal praça de Port-au-Prince, adjacente ao Palácio Nacional Haitiano, residência oficial do Presidente, atualmente destruído em função do terremoto de 12 de janeiro de 2010.

Assim, a noção de pertença à comunidade haitiana é suficientemente elástica para incluir cidadãos brancos ou brancos estrangeiros como *nègs* e devidamente rígida para negar a cidadãos haitianos negros que residam fora do Haiti o direito de pertencer à “comunidade haitiana imaginada”. O processo eleitoral de sucessão presidencial de 2010 corrobora este dado. Ao cantor de rap Wyclef Jean, que no Brasil teria o legítimo direito de se candidatar a um cargo eletivo, teve sua candidatura negada pelo CEP – Conselho Eleitoral Provisório do Haiti, pelo fato de não ser reconhecido como cidadão haitiano, já que reside fora do país há mais de 30 anos. As estruturas simbólicas que determinaram a reação do CEP, apoiada majoritariamente pela população haitiana, combinam o sentimento de pertença e o grau de envolvimento com ser *nèg* ou ser *pessoa* no Haiti. Por outro lado, o empresário Charles Baker que, aos olhos de qualquer estrangeiro, parece ser um completo “corpo estranho” à sociedade haitiana, por ser branco e rico, é carinhosamente chamado pela população e seus eleitores de Charlito. Eu mesma quando estive no período pós-eleitoral no Haiti (2006/2007) via a imagem de Charles Baker como um ex-candidato à presidência e imaginava que os haitianos repudiariam com veemência esta espécie de “incoerência política” surgida de última hora na corrida presidencial. De modo algum esta impressão se confirmou. Charlito Baker nunca teve sua haitianidade questionada, ao passo que ao o líder carismático Jean Bertrand Aristide, que governou o Haiti por duas vezes (1991; 1994 a 1996 e 2000 a 2004) já foi classificado popularmente como “Harry Stide” em uma visível alusão à sua “americanização”, quando de sua volta ao Haiti em 1994.

Charles Baker (*nèg blanc?*)_



Jean Bertrand Aristide (*blanc?*)



Fonte: <http://haitiennemag.com/2010/10/27/charles-henri-baker-haiti-presidential-candidate>. Acesso em 08/04/2013 e <http://www.haitian-truth.org/aristidepreval-efforts-to-destabilise-government-having-effectstate-dept-issues-revised-haiti-travel-warning-added-commentary-by-haitian-truth/jean-bertrand-aristide/>. Acesso em 08/04/2013

Para entender a lógica da construção do sentimento de pertença no Haiti, é preciso reconhecer as teias simbólicas que se organizam para além das aparências, mais aquém da categoria de cor ou ascendência racial construídas no Ocidente e entender que se “tout moun se moun” (cada pessoa é uma pessoa), o acesso à categoria de pessoa, à nacionalidade, ao sentimento de pertença e até mesmo o acesso aos direitos políticos e sociais vai ter de passar necessariamente pelo tipo de *moun/nèg* que cada *moun/nèg* se apresenta e constrói sua performance cotidiana e ritualmente encenada. Esta avaliação passa por uma criteriosa análise contextual, na qual cada performance é avaliada, *moun* a *moun*, *nèg* a *nèg*. Ser negro não é passaporte para que cidadãos haitianos sejam vistos como pertencentes à nação. Ser branco não implica necessariamente ser excluído da comunidade haitiana. Necessariamente cada *moun* deve ser um *nèg*. Mas as posições de pertença não são fixas e nem alimentadas por qualquer fonte de direito material. Elas passam por uma complexa rede de amarração simbólica, com variadas possibilidades de interpretações contextuais e como são analisadas caso a caso, pessoa a pessoa, não estão sujeitas a qualquer tipo de generalização. Dentro do contexto haitiano, isto significa que não está vedado a um branco ser um *nèg* e nem está garantido a um cidadão haitiano negro que ele será sempre visto como um *nèg*. Ele pode ser interpretado coletivamente como um *blanc*. As variáveis que vão atualizar o sentimento de pertença incidem em uma leitura global do grau de envolvimento com os costumes e hábitos haitianos.

Considerações Finais

Pertencer à “comunidade haitiana imaginada” é compartilhar uma rede instável e sensível de diacríticos que são cotidianamente ritualizados. Estes rituais incluem o uso contínuo do idioma kreyòl, a não imigração, a não aquisição de hábitos ocidentalizados como consumir produtos industrializados nos supermercados, por exemplo. A condição de pertença à “comunidade haitiana imaginada” obedece a critérios rígidos de compromisso com a nação e cria os requisitos de entrada no mundo da política e de sua consequente permanência. Não raras vezes, os políticos eleitos haitianos perdem credibilidade política pela suspeita de que não seriam “verdadeiros” haitianos. Esta visão instável da nacionalidade não está ancorada em critérios raciais, mas na confirmação ou não de rituais diários e demonstrações públicas de pertença à nação imaginada. Por ser uma condição nacional que extrapola qualquer prerrogativa legal, ser *nèg* está disponível apenas àqueles cidadãos que cultivaram sua sociabilidade dentro do Haiti. Isto impõe sérios desafios à enorme diáspora haitiana que precisa emigrar em

massa para conseguir sua subsistência e de seus familiares, fazendo com que suas identidades nacionais se tornem instáveis e deixando a política como um campo exclusivo das elites tradicionais locais.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa de Meu Pai**: A África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARISTIDE, Jean Bertrand. **Todo Homem é um Homem**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CASTOR, Suzy. **La ocupación norte-americana de Haiti y sus consecuencias** (1915-1934). México: Siglo 21 editores, 1971.

CASIMIR, Jean. **La suppression de la culture Africaine dans l'Histoire d'Haiti**. Revue socio-Anthropologie, No 8, culture-esthetique, 2000.

_____. **Haiti et ses elites** : *L'interminable dialogue de Sourds*. Port-au-Prince: Edition de l'Université d'Etat d'Haiti, 2009.

_____. **La culture Opprimée**. Port-au-Prince: Media-Texte/Fokal, 2006.

_____. **Pa Bliye 1804**. Port-au-Prince : Imprimerie Lakay, 2004.

_____. « O Haiti e suas Elites: o interminável diálogo de surdos » In : Revista Universitas : Relações Internacionais, Brasília. Vol. 10, No. 2, 2012.

CESAIRE, Aimé. “Discurso sobre el colonialismo (fragmento 54)”. In: **Cadernos de**

_____. **La Tregedie du Roi Christophe**. Paris: Presence Africaine, 1970.

- DEL MONTE y TEJADA, Antonio. **Historia de Santo Domingo**. Ciudad Trujillo: Impresora Dominicana, 1953
- DEPESTRE, René. **Bonjour et adieu à la négritude**. Paris: Robert Laffont, 1980.
- DIEDERICH, Bernard e AL BURT. **Papa Doc et Les Tontons Macoutes**. Port-au-Prince, Haiti: Imprimerie Henri Deschamps, 1986.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora; Ed. UFJF, 2005
- GEERTZ, Clifford. “Pessoa, tempo e conduta em Bali”. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.
- _____. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HENRY, PAGET. **Caliban’s Reason: Introducing Afro-Caribbean Philosophy**, Londres/Nova Iorque: Routledge, 2000.
- HOBBSAWM, Eric. “Etnia e Nacionalismo na Europa de hoje” In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- HOETINK, Harry. **Santo Domingo y el Caribe: ensayos sobre historia y sociedad**. Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1994.
- HURBON, Laennec. **Le barbare imaginaire. Paris : Cerf,1988**.
- _____. **Comprendre Haïti : Essai sur l’Etat, la nation, la culture**. Port-au-Prince : 1987.
- JAMES, C.L.R. **Os jacobinos Negros**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.
- MADIOU,Thomas. **Histoire d’Haïti**. Port-au-Prince : Henri Deschamps,1992.
- MANIGAT, Sabine e MOÏSE, Claude. “Haiti 2000: Lavalas en el poder, Lavalas en cuestión.” In: Anuário Social y Político de América Latina y el Caribe nr. 4, Flacso/Unesco / **Nueva Sociedad**, Caracas, 2000, pp 45-52.

MARRERO ARISTY, Ramón. **República Dominicana: origen y destino Del pueblo cristiano más antiguo de la América**. Ciudad Trujillo: Ed. Del Caribe, 1957.

MAURÍCIO, Adriano. **Medo do Assalto: A Democracia Racial em Questão no Ônibus Público na Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS, UFRJ, 1997

MAUSS, Marcel. “Uma categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: **Sociologia e Antropologia** v. 1. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A . Queiroz, 1979.

PIERRE-CHARLES, Gerard. “Haiti: crise do Estado e intervenção”. In: **Teoria e debate**, v. 17, nº 59, p. 51-56, ago./set. 2004.

PRICE-MARS, Jean. **Así Habló el Tío**. Santo Domingo: Ed. Manatí, 2000.

RAEDERS, George. O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil. Sao Paulo: Paz e Terra, 1988.

ROSA, Renata de Melo. “**Haiti e os projetos de desenvolvimento: entre o isolamento e a ocidentalização**”. In: A reconstrução da Paz no oriente Médio e Haiti. Brasília, FUNAG, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

_____. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos, In: Anuário Antropológico /93, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

TROUILLOT, Michel-Ralph. “The Caribbean Region: An open frontier in anthropological theory”, **Annual Review of Anthropology** 1992, 21:19-42.